

**RESOLUÇÃO Nº 15.596**

Processo nº : 201908102-00 (100012012-00)  
Município : Aveiro  
Órgão : Prefeitura (contas de governo)  
Assunto : Recurso Ordinário (contra a decisão objeto da Resolução 15.054/2019/TCM-Pa)  
Exercício : 2012  
Recorrente : Ronildo Araujo Prado  
Procuradora : Maria Inez K. de Mendonça Gueiros  
Relator : Antonio José Guimarães

**EMENTA:** PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO.  
PERMANÊNCIA DAS IRREGULARIDADES CONSTANTES  
DA DECISÃO RECORRIDA. MANUTENÇÃO DO PARECER  
PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DAS CONTAS.

**RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão:

**I - Conhecer** do presente *Recurso Ordinário* e, no mérito, **negar-lhe Provimento**, devido a permanência das irregularidades apontadas na decisão recorrida;

**II - Manter o Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **não aprovação** das contas de governo da Prefeitura de Aveiro, no exercício de 2012, de responsabilidade de Ronildo Araújo Prado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 27 de janeiro de 2020.

  
Conselheira Mara Lúcia Barbalho  
Presidente

  
Conselheiro Antonio José Guimarães  
Relator

**Presentes:** Conselheiros José Carlos Araújo, César Colares, Daniel Lavareda, Sérgio Leão, Substitutos Sérgio Dantas, Márcia Costa e a Procuradora Maria Inêz Kalutau de Mendonça Gueiros.

Processo nº : 201908102-00 (100012012-00)  
Município : Aveiro  
Órgão : Prefeitura (contas de governo)  
Assunto : Recurso Ordinário  
Exercício : 2012  
Recorrente : Ronildo Araujo Prado  
Procuradora : Maria Inez K. de Mendonça Gueiros

Ronildo Araujo Prado, Prefeito de Aveiro, no exercício de 2012, interpõe o presente *Recurso Ordinário*, contra decisão objeto da **Resolução nº 15.054/TCM-PA**, de 10.10.2019, que emitiu **Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **não aprovação** das **contas de governo**, e aplicou multas pelas irregularidades apontadas.

Admitido o *Recurso*, conforme despacho de fls. 50/52, os autos foram a mim distribuídos e encaminhados à 4ª Controladoria, que emitiu o Relatório de fls. 66/71, que adoto:

*"Versam os autos sobre Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Ronildo Araújo Prado, Responsável pela Prefeitura Municipal, no exercício de 2012.*

*Insurge-se o Recorrente contra os termos da Resolução nº 15.054, de 10/10/2019, onde o Plenário deste TCM-PA deliberou nos seguintes termos:*

*Resolvem os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.*

*I – RECOMENDAR à Câmara Municipal de Aveiro, para não aprovar as contas de Governo, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. Ronildo Araújo Prado, face a ausência do encaminhamento de documentação comprobatória, causando a impossibilidade de verificação do cumprimento dos seguintes limites constitucionais: art. 212, da CF/88, referente à educação; art. 77, III, §3º, do ADCT, alterado pela EC 29/2000, correspondentes às ações e serviços de saúde; Repasse de recursos ao poder legislativo, EC nº 58/2009. Aplicação dos recursos do FUNDEB (Lei Federal nº 11.494/2007). Ausência de documentação que comprove o cumprimento do art. 20, III, "b" e art. 19, III da LRF – 101/2000, correspondentes aos gastos com pessoal. Disponibilidades financeiras insuficientes para absorver as Inscricões em Restos a Pagar, estabelecidas no art. 42, da LRF – 101/2000. Multas. Emissão de parecer prévio recomendando a não aprovação das contas. Remessa de cópia ao Minitério Público Estadual. Devendo recolher as seguintes multas:*

*Pelo não cumprimento do art. 212, da CF/88, referente a Educação, no valor de 1.000 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado Pará), com fundamento na LC Estadual nº 109/2016; Pela não aplicação dos recursos do FUNDEB (Lei Federal nº 11.494/2007), no valor de 1.000 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado Pará), com fundamento na LC Estadual nº 109/2016; Pelo não cumprimento do art. 77, do ADCT, inciso III, §3º, alterado pela EC 29/2000, correspondentes às ações e serviços de Saúde, no valor de 1.000 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado Pará), com fundamento na LC Estadual nº 109/2016; Pelo não cumprimento do limite máximo do repasse de recursos ao Poder Legislativo, EC nº 58/2009, no valor de 1.000 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado Pará), com fundamento na LC Estadual nº 109/2016; Pela ausência de documentação que comprove o cumprimento do art. 20, inciso III alínea "b" e art. 19, inciso III da LRF – 101/2000, correspondentes aos gastos com Pessoal, no valor de 1.000 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado Pará), com fundamento na LC Estadual nº 109/2016; Pela disponibilidades financeiras insuficientes para absorver as inscrições em Restos a Pagar, estabelecidas no art. 42, da LRF – 101/2000, no valor de 1.000 UPF's-PA (Unidades de Padrão Fiscal do Estado Pará), com fundamento na LC Estadual nº 109/2016. Tais multas deverão ser recolhidas em favor do FUMREAP (Lei Estadual nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no art. 303, incisos I a III, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017), destacadamente: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na verificação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF – PA e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento; sem prejuízo, ainda, do encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Estado do Pará, objetivando o protesto do respectivo título executivo e sua execução, na forma dos art. 281 e 303-A, do RITCM-PA (Ato nº 20/2019).*



**Processo nº** : 201908102-00 (100012012-00)  
**Município** : Aveiro  
**Orgão** : Prefeitura (contas de governo)  
**Assunto** : Recurso Ordinário  
**Exercício** : 2012  
**Recorrente** : Ronildo Araujo Prado  
**Procuradora** : Maria Inez K. de Mendonça Gueiros

1. Exame de Admissibilidade.

O Recurso foi protocolado sob o nº 201908102-00 em 06/01/2020, sendo admitido pela Presidência desta Corte em 20/01/2020 como Recurso Ordinário, em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo conforme despacho às fls. 50/52 dos autos.

2. No Mérito, o Recorrente assim se manifesta:

2.1) Sobre as falhas, relativas ao descumprimento dos pontos de controle das contas de governo face à ausência de prestação de contas, o Recorrente apresentou seguintes razões/justificativas:

*Síntese das Razões: Que com fundamento no art. 37 inciso 33 da LC Estadual nº 109/2016 o TCM emitiu Parecer Prévio recomendando a Câmara Municipal a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Aveiro, exercício financeiro de 2012, aplicando-lhe, ainda, multas, conforme detalhamento e fundamentação indicado, em razão da impossibilidade da verificação do cumprimento dos limites constitucionais pela ausência de documentação comprobatória*

*Que, o caso em comento possui uma peculiaridade que merece melhor análise do TCM, pois ainda que fosse legalmente responsável pela entrega de todos os documentos, deixou de ser na medida em que, por força de uma decisão judicial, teve os documentos tomados pela justiça estadual do Termo Judiciário de Aveiro, vinculando a Comarca de Itaituba, conforme mandado de busca e apreensão firmado pelo magistrado Claytoney Passos Ferreira, datado de 4 de fevereiro de 2013, cumprido no mesmo dia pela autoridade policial, IPC Valdíney de Sá Lobo e José Batista Vieira Filho, ao qual teriam apresentado os seguintes documentos:*

- Diversas pastas contendo contratos de pregão presencial, tomada de preços e carta convite
- Documentos diversos do Fundeb
- Contas de luz das diversas secretarias
- Documentos diversos do setor de Assistência Social
- Extratos bancários diversos
- Notas de empenho diversas
- Documentos diversos da Secretaria Municipal de Saúde
- Relação dos Servidores municipais que pagam pensão alimentícia
- Duas CPU's marca multilaser
- Documentos diversos da Secretaria de Educação
- Documentos diversos do IGEPREV de Belém-Pa
- Recibos diversos
- Ordens de pagamento diversos
- Cópia de notas fiscais diversas

*Informa ainda, que o Delegado José dias Bezerra comunicou ao magistrado que toda documentação apreendida foi acautelada na sede da Polícia Civil no Município de Itaituba, conforme ofício s/n /2013-19ª-SUI de 5 de fevereiro de 2013, sem qualquer possibilidade de reaver o mesmo, o que impossibilitou o recorrente e remeter ao TCM os documentos, seja os relatórios, seja a própria prestação de contas.*

*Desta forma que, por motivo de força maior não poderia o recorrente apresentar os documentos, motivo pelo qual, ao mesmo é defeso a aplicação de multas regimentais imputadas pelo acórdão.*

*E que não sendo este o entendimento requer que esta Corte de Contas determine a baixa dos autos em diligências, a fim de oficiar a Unidade Policial de Itaituba, para que esta remeta todos os documentos apreendidos, para que desta forma, possam ser analisados os documentos de despesas, como de direito.*

*Ainda que, os argumentos não sejam aceitos, não poderia ser aplicada a multa regimental pela ocorrência da prescrição e cita:*

*"A prescrição é Instituto de ordem pública que decorre diretamente do princípio da segurança jurídica, cujo objetivo é assegurar a estabilidade das situações consolidadas pelo decurso do tempo".*

*"Em razão da relevância do princípio, norteador do próprio Estado de Direito, entende-se que, salvo as exceções expressamente previstas em lei, a prescrição constitui regra em nosso ordenamento jurídico".*



# TCMPA

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
DO ESTADO DO PARÁ

GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

**Processo nº** : 201908102-00 (100012012-00)  
**Município** : Aveiro  
**Orgão** : Prefeitura (contas de governo)  
**Assunto** : Recurso Ordinário  
**Exercício** : 2012  
**Recorrente** : Ronildo Araujo Prado  
**Procuradora** : Maria Inez K. de Mendonça Gueiros

*"Que a CF, ao tratar do tema, estabelece que os atos que causam prejuízo ao erário estão sujeitos a prescrição, com prazo a ser definido em lei, ressalvando as ações de ressarcimento:*

*Art. (...) §5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento".*

*"Que, em relação a pretensão sancionatória, os fatos narram do ano de 2012 e 2013, motivo pelo qual não poderá impedir o reconhecimento da prescrição em relação às multas e demais sanções pessoais aplicáveis aos jurisdicional, cabendo a aplicação da analogia com as normas do direito público, com base no art. 4º do Decreto Lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, observando-se as normas do Direito processual civil, aplicadas subsidiariamente em todos os julgamentos no âmbito deste Tribunal."*

*"Que assim, neste contexto esta Corte poderá fixar entendimento da possibilidade de reconhecimento de ofício da prescrição das multas e demais sanções pessoais aplicando-se, para este feito o prazo de cinco anos, por ser este prazo geral que regula as situações jurídicas no âmbito da Administração Pública, a exemplo do Decreto 20.910/32, da Lei 9.873/99, do Código Tributário Nacional, da Lei 8.429/92 e da Lei 9.847/99."*

*Apreciação: As justificativas apresentas no presente Recurso Ordinário são basicamente as mesmas já enviadas junto a defesa, referente a prestação de contas de Gestão/2012, onde a Conselheira Relatora, em seu voto, assim se manifestou:*

*"É fundamental esclarecer que o prazo final para a apresentação do 2º quadrimestre encerrou-se em 04/10/2012, já o prazo final para apresentação do 3º quadrimestre findou-se em 04/02/2013, data esta que coincide com o dia da autorização da busca e apreensão ao norte relatada, portanto, a justificativa dada pelo ordenador para o atraso da remessa da prestação de contas não pode prosperar, portanto tendo em vista a anterioridade dos prazos legais face a ação interposta, uma vez que os fatos apontados não foram impeditivos ao encaminhamento da prestação de contas, além do que, o 1º quadrimestre também foi remetido com atraso de 166 dias, em razão do que aplico multa de 500 UPF's (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará), com fundamentos nos Arts. 71, inciso I e 72, incisos X, da LC nº 109/2016 c/c Arts. 282, inciso IV, alínea "b" e 284, inciso, I, do RITCM-PA."*

*Considerando que o Recorrente em nada inovou as alegações apreciadas pelo Pleno, permanecem os descumprimentos aos dispositivos constitucionais.*

### III – Conclusão.

*As justificativas e documentos apresentados pelo Ordenador não foram suficientes para sanar nenhuma das irregularidades apontadas.*

*Alegar motivo de força maior para o não envio dos documentos não convence, pois a busca e apreensão foi determinada pela Justiça justamente em razão dos documentos relacionados a administração do ex- Prefeito de Aveiro estarem (estranhamente) sendo guardados nos ALTOS DA LOJA MENECAO AUTO PEÇAS.*

*Isto posto, esta Controladoria opina pelo não provimento do presente Recurso, permanecendo as seguintes falhas:*

- Não cumprimento do art. 212, da CF/88, referente a Educação.
- Não aplicação dos recursos do FUNDEB (Lei Federal nº 11.494/2007).
- Não cumprimento do art. 77, do ADCT, inciso III, §3º, alterado pela EC 29/2000, correspondentes as ações e serviços de Saúde.
- Não cumprimento do limite máximo do repasse de recursos ao Poder Legislativo, EC nº 58/2009.
- Ausência de documentação que comprove o cumprimento do art. 20, inciso III alínea "b" e art. 19, inciso III da LRF – 101/2000, correspondentes aos gastos com Pessoal.
- Pela disponibilidade financeira insuficiente para absorver as inscrições em Restos a Pagar, estabelecidas no art. 42, da LRF – 101/2000."

**O Ministério Público de Contas** opina pelo conhecimento e não provimento do **Recurso Ordinário**, e pela manutenção, na íntegra, da **Resolução nº 15.054/TCM-PA**, de 10.10.2019.

É o relatório.



Processo nº : 201908102-00 (100012012-00)  
Município : Aveiro  
Orgão : Prefeitura (contas de governo)  
Assunto : Recurso Ordinário  
Exercício : 2012  
Recorrente : Ronildo Araujo Prado  
Procuradora : Maria Inez K. de Mendonça Gueiros

---

VOTO

Acompanho a manifestação da Controladoria e do Ministério Público de Contas e **VOTO** pelo **CONHECIMENTO** e **NÃO PROVIMENTO** do presente *Recurso Ordinário*, devendo permanecer inalterados os termos da **Resolução nº 15.054/TCM-PA**, de 10.10.2019, que emitiu **Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **não aprovação** das **contas de governo** da **Prefeitura de Aveiro**, no exercício de **2012**, de responsabilidade de **Ronildo Araujo Prado**.

É o voto.

Belém, 27 de janeiro de 2021.

  
**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**  
CONSELHEIRO RELATOR